

Comissão de
Finanças e Tributação

RELATÓRIO 2022

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2022

MEMBROS DA COMISSÃO



Presidente: Marco Bertaiolli PSD/SP

1º Vice-Presidente: Eduardo Cury PSDB/SP



2º Vice-Presidente: Pedro Paulo PSD/RJ

3º Vice-Presidente: Newton Cardoso Jr. MDB/MG



MEMBROS TITULARES



Afonso Florence
PT/BA



Alexis Fonteyne
NOVO/SP



Cacá Leão
PP/BA



Capitão Alberto Neto
PL/AM



Chiquinho Brazão
UNIÃO/RJ



Dr. Zacharias Calil
UNIÃO/GO



Eli Borges
PL/TO



Emanuel Pinheiro
Neto MDB/MT



Enio Verri
PT/PR



Fernando Monteiro
PP/PE



Flávio Nogueira
PT/PI



Gilberto Abramo
REPUBLICANOS/MG



Gilberto Nascimento
PSC/SP



Giovanni Feltes
MDB/RS



Joice Hasselmann
PSDB/SP



Júlio Cesar
PSD/PI



Luis Miranda
REPUBLICANOS/DF



Luiz Lima
PL/RJ



Mário Negromonte Jr.
PP/BA



Marlon Santos
PL/RS



Mauro Benevides
Filho PDT/CE



Reginaldo Lopes
PT/MB



Sanderson
PL/RS



Sebastião Oliveira
AVANTE/PE



Vermelho
PL/PR



Walter Alves
MDB/RN

MEMBROS SUPLENTE



Abou Anni
UNIÃO/SP



Aelton Freitas
PP/MG



AJ Albuquerque
PP/CE



Alceu Moreira
MDB/RS



Bia Kicis
PL/DF



Bozzella
UNIÃO/SP



Carla Dickson
UNIÃO/RN



Dagoberto Nogueira
PSDB/MS



Delegado Pablo
UNIÃO/AM



Denis Bezerra
PSB/CE



Domingos Neto
PSD/CE



Edilázio Júnior
PSD/MA



Eduardo Bismarck
PDT/CE



Eli Corrêa Filho
UNIÃO/SP



Elias Vaz
PSB/GO



Evair Vieira de Melo
PP/ES



Felipe Rigoni
UNIAO/ES



Flávia Arruda
PL/DF



General Peternelli
UNIÃO/SP



Glautin da Fokus
PSC/GO



Gleisi Hoffmann
PT/PR



Guiga Peixoto
PSC/SP



Hercílio Coelho Diniz
MDB/MG



Jhonatan de Jesus
REPUBLICANOS/RR



Kim Kataguirí
UNIÃO/SP



Lucas Vergilio
SOLIDARIEDADE/GO



Maurício Dziedricki
PODE/RS



Merlong Solano
PT/PI



Nivaldo Albuquerque
REPUBLICANOS/AL



Orlando Silva
PCdoB/SP



Otto Alencar Filho
PSD/BA



Padre João
PT/BA



Paula Belmonte
CIDADANIA/DF



Paulo Ganime
NOVO/RJ



Sérgio Souza
MDB/PR



Vitor Lippi
PSDB/SP



Zé Neto
PT/BA



Zé Silva
SOLIDARIEDADE/MG

EQUIPE TÉCNICA

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE COMISSÃO

Nivaldo Adão Ferreira Junior

ASSESSORIA TÉCNICA

Danilo Freire Pires

Geraldo de Souza Fagundes

Gislene de Almeida Vaz

Luiz Renato Costa Xavier

Moema Ramos Cavalcanti Veloso

Thiago Colucci Alves

APRESENTAÇÃO

Em meu primeiro mandato como deputado federal, tive a honra de ser indicado pelo Líder do meu Partido, o deputado Federal Antônio Brito (PSD/BA), e eleito pelos meus pares como Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, tida como a segunda Comissão mais importante desta Casa, por onde passam, além das matérias cujo mérito tenha pertinência com seu campo temático, todas as proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, relativamente aos aspectos de compatibilidade e adequação com as finanças e os orçamentos públicos.

Junto comigo, foram eleitos os deputados Eduardo Cury, do PSDB/SP, Pedro Paulo, do PSD/RJ, e Newton Cardoso Jr., do MDB/MG, como Primeiro, Segundo e Terceiro-Vice-Presidentes, respectivamente.

Tínhamos pela frente, juntamente com os demais membros da Comissão, a missão de ajudar o Brasil a enfrentar a recuperação econômica e retomar o seu crescimento, que ainda sofria com os impactos negativos da pandemia de Covid-19, nos cenários interno e global.

Nesse sentido, tínhamos o dever institucional de encontrar o ténue equilíbrio entre o controle orçamentário dos gastos públicos e a aprovação de propostas legislativas que visassem à retomada do crescimento econômico e à estabilidade financeira do País - havia, no acervo desta Comissão, centenas de proposições aguardando designação de relator e inúmeras proposições para serem deliberadas.

Esse cenário desafiador foi, então, enfrentado com um ritmo bastante satisfatório de debates e deliberações ao longo do ano de 2022.

Foram realizadas, como poderá ser observado com maiores detalhes mais à frente, diversas audiências públicas de alta relevância e interesse público. Debatem com setores produtivos, entidades públicas de variadas esferas, a sociedade civil organizada e a academia acerca de medidas necessárias e iniciativas para a retomada do crescimento econômico e a organização do sistema tributário nacional. Questões de impacto imediato e relevante, como, por exemplo, a ampliação do teto do Simples, a

criação de linhas de crédito para as Santas Casas e o aumento do preço dos combustíveis foram objeto de debates de alto nível, cujos resultados subsidiaram a aprovação de normas pelo Congresso Nacional ou a apresentação de novos projetos que buscassem endereçar as matérias levantadas nas discussões.

Ao longo de dezesseis reuniões deliberativas, apreciamos 292 proposições que, de forma transparente, técnica e representativa, foram aprovadas ou rejeitadas, tendo, como fundo, sempre, a busca de soluções para os desafios econômicos e fiscais enfrentados pelo País e a satisfação do interesse público.

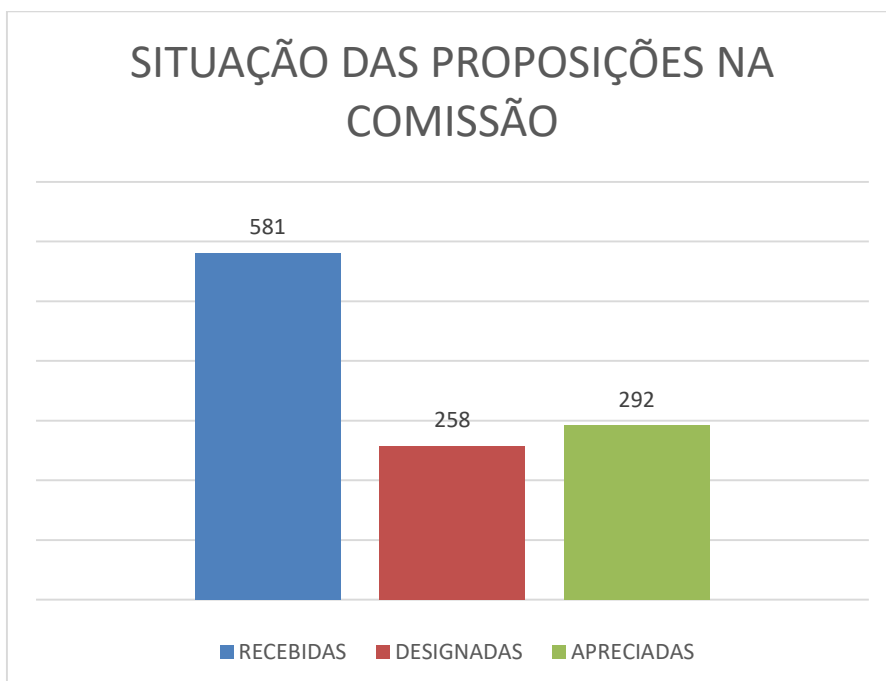
Por tudo isso, concluo que, apesar do difícil momento atravessado, e de um ano muito corrido, em que tivemos eleições gerais e uma Copa do Mundo, a Comissão de Finanças e Tributação alcançou, com êxito, sua atribuição de debater os principais problemas enfrentados pelo Brasil, e seus membros horaram seus mandatos, elevando, ao máximo, o sentido da função de representantes do povo brasileiro.

Agradeço aos meus pares pela oportunidade de ter conduzido os trabalhos desse tão seleta colegiado.

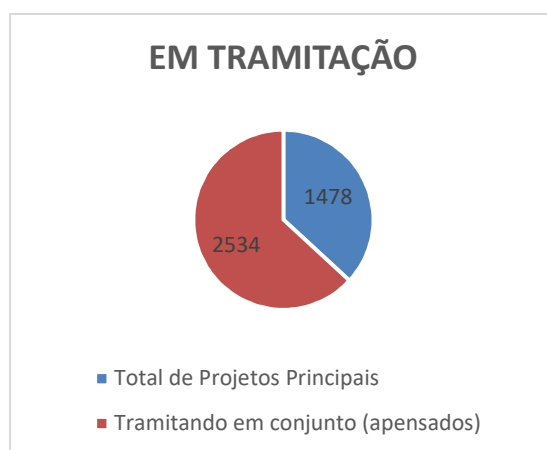
Deputado MARCO BERTAIOLLI
Presidente

Proposições na Comissão

Recebidas	DESIGNADAS	APRECIADAS
581	258	292

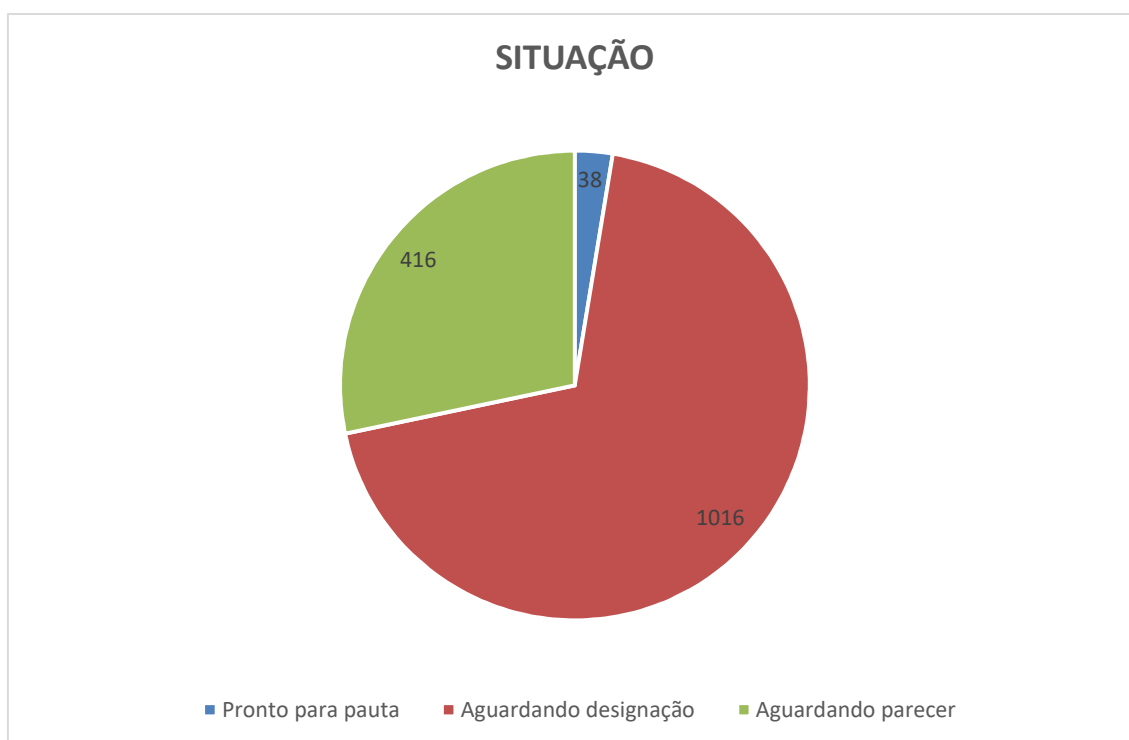


EM TRAMITAÇÃO	
Total de Projetos Principais	1478
Tramitando em conjunto (apensados)	2243
TOTAL	3721



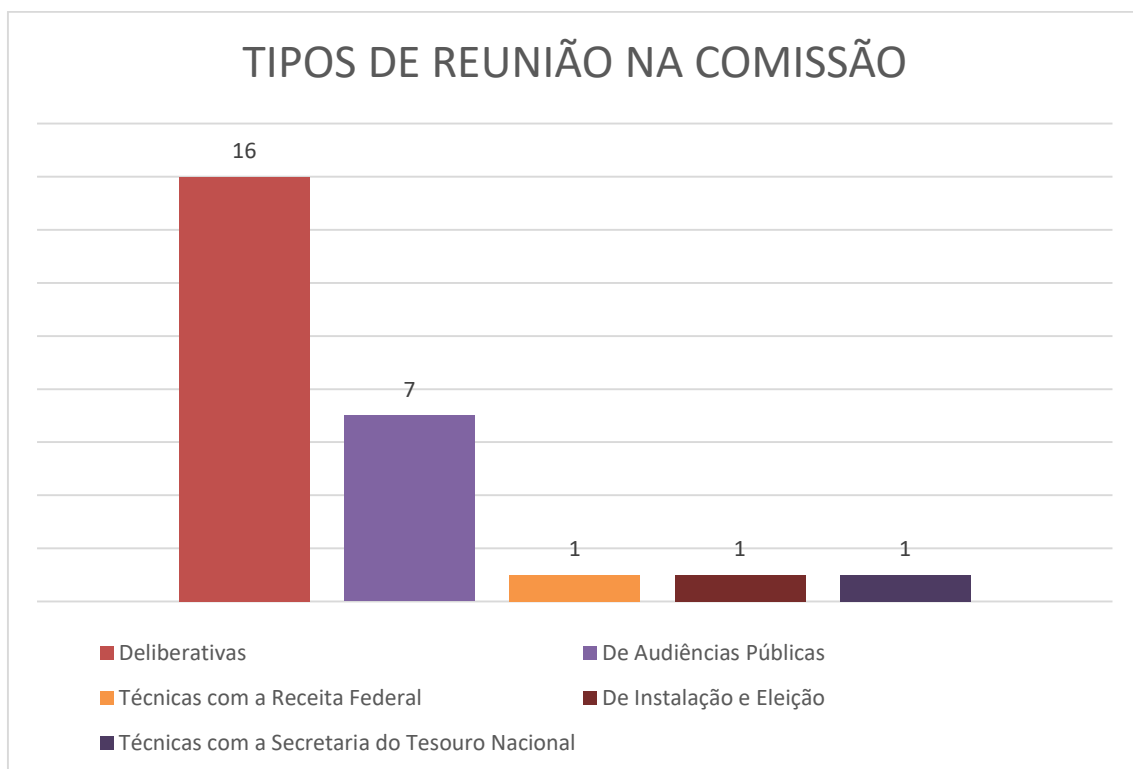
Situação das Proposições na Comissão

SITUAÇÃO	
Pronto para pauta	38
Aguardando designação	1016
Aguardando parecer	416



Quantitativo de Reuniões realizadas

Reuniões	Quantidade
Deliberativas	16
Audiências Públicas	7
Técnicas com a Secretaria da Receita Federal	1
Instalação e Eleição	1
Técnicas com a Secretaria do Tesouro Nacional	1
TOTAL	51



Proposições apreciadas por tipo de parecer

Parecer pela	Quantidade
Incompatibilidade e/ou inadequação financeira e orçamentária	9
Compatibilidade e/ou adequação financeira e orçamentária	7
Compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação	4
Compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição	0
Não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária	26
Não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação	33
Não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição	7
Outros pareceres	58
TOTAL	144

Proposições apreciadas

Comissão		Apreciadas com Parecer:		Total
		pela Aprovação	pela Rejeição	
Comissão Permanente	CFT	233	59	292
Comissão Permanente - Total		233	59	292
TOTAL GERAL		233	59	292

* Os quantitativos apresentados correspondem às quantidades de pareceres votados nas comissões. Cada Comissão aprecia uma proposição concluindo por um parecer pela aprovação ou pela rejeição da matéria. Uma mesma proposição poderá tramitar em mais de uma comissão de acordo com seu campo temático nos termos da distribuição feita pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

Proposições com Apreciação Conclusiva Aprovadas

Tipo Proposicao	Situação	Total
Projeto de Decreto Legislativo	Remetido ao Senado Federal	7
Projeto de Lei	Remetido à Sanção	1
	Remetido ao Senado Federal	6
Ato de Concessão e Renovação de Concessão de Emissora de Rádio e Televisão	Remetido ao Senado Federal	1
TOTAL		15

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

18/05/2022

Ampliação do Teto do Simples

Foto: Billy Boss/Câmara dos Deputados



A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados debateu em audiência pública um projeto de lei que propõe aumentar, para R\$ 130 mil, o limite de receita bruta anual permitida para que uma empresa seja classificada como Microempreendedor Individual (MEI). Além disso, o projeto, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, visa permitir que os MEIs possam contratar até dois empregados, em oposição ao limite atual de apenas um funcionário.

O deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), relator da proposta na Comissão e responsável por solicitar o debate, enfatizou que essa iniciativa representa uma medida essencial e necessária para a atualização dos critérios que definem quais empresas podem aderir ao regime de MEI. Em sua visão, essa proposta tem o potencial de trazer benefícios fiscais positivos e combater a informalidade no cenário empresarial do Brasil. Ele ainda ressaltou que isso possibilitará que

empresas nacionais com potencial de crescimento não sejam prejudicadas por regras obsoletas do ponto de vista econômico.

Para a discussão, foram convidados três importantes representantes:

- Alfredo Cotait Neto, presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo;
- Júlio Cesar Vieira Gomes, secretário especial da Receita Federal do Brasil;
- Silas Santiago, gerente da unidade de Políticas Públicas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

25/05/2022

Linha de Crédito para as Santas Casas

Foto: Billy Boss/Câmara dos Deputados



A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados debateu, em audiência pública, dois projetos de lei destinados a aliviar a situação financeira das santas casas de saúde. Os projetos em questão são:

- Projeto de Lei 4104/15, que propõe novos critérios para a destinação dos recursos provenientes do Timemania às santas casas.
- Projeto de Lei 5639/16, que já foi aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família e tem como objetivo isentar as santas casas e os hospitais filantrópicos do pagamento de juros e multas de mora decorrentes de dívidas tributárias com a União.

A iniciativa para debater esses projetos partiu do presidente da comissão, deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), que expressou preocupação com a situação crítica das santas casas. Ele lamentou as constantes limitações enfrentadas por essas instituições e enfatizou que a falta de uma política pública clara para a sua manutenção tem impactado negativamente a prestação de serviços de assistência social e saúde no país. Bertaiolli alertou para o risco de demissões de servidores, o que ameaça a eficiência dessas instituições.

A audiência contou com a presença de diversos convidados, incluindo o presidente da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB), Mirocles Campos Vêras Neto, e o presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado de São Paulo (Fehosp), Edson Rogatti, que participarão das discussões sobre o assunto.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

01/06/2022

O Aumento dos Preços dos Combustíveis e sua Metodologia de Cálculo

Foto: Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados



A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, em audiência pública, abordou o aumento dos preços dos combustíveis e a metodologia utilizada para calcular esses preços. O deputado Luis Miranda (Republicanos-DF) foi o proponente desse debate.

O parlamentar chama a atenção para os sucessivos aumentos nos valores dos combustíveis, em especial da gasolina. Ele ressalta que o país registrou o preço médio mais alto da série histórica do levantamento semanal de preços da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Além disso, Luis Miranda mencionou que, de acordo com uma matéria veiculada na Rede Brasil, em alguns estados, o preço do combustível chega a atingir R\$ 8,00, com destaque para a região Norte. O deputado enfatiza que isso é

inaceitável e representa um claro desrespeito ao consumidor que cumpre com suas obrigações fiscais.

Para enriquecer o debate, foram convidados diversos especialistas, incluindo:

- Paulo Roberto Correa Tavares, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes do Distrito Federal;
- Mario Dal Zot, diretor jurídico da Federação Única dos Petroleiros;
- Livi Gerbasi, assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

28/06/2022

Instruir o Projeto de Lei Complementar nº 17/2022

Foto: Elaine Menke/Câmara dos Deputados



A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, em audiência pública, discutiu o Projeto de Lei Complementar (PLP) 17/22 que visa estabelecer um código de defesa dos contribuintes, com normas gerais que definem os direitos e garantias dos contribuintes, bem como as obrigações da Fazenda Pública, que incluem a União, estados, Distrito Federal e municípios.

A solicitação para a realização desse debate partiu dos deputados Felipe Rigoni (União-ES), autor do projeto, e Pedro Paulo (PSD-RJ), que atua como relator da matéria. Eles justificaram a necessidade da audiência pública, mesmo considerando que o projeto já está na pauta do Plenário, sob regime de urgência. Os parlamentares destacaram que a realização da audiência se faz conveniente e oportuna, permitindo uma ampla discussão sobre o tema, especialmente porque o projeto foi desenvolvido por seus gabinetes ao longo dos últimos doze meses.

Diversos especialistas foram convidados para participar da audiência, incluindo:

- Ariene D'arc Diniz e Amaral, especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Isac Moreno Falcão Santos, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco);
- Marcos Sérgio Ferreira, presidente da Federação Brasileira dos Fiscos Estaduais (Febrafisco).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

05/07/2022

Audiência Pública conjunta com a Comissão de Minas e Energia Fundo de Investimentos para Financiar Projetos de Crédito de Carbono

Foto: Billy Boss/Câmara dos Deputados



As comissões de Finanças e Tributação, bem como a de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, em audiência pública, discutiram sobre o Fundo de Investimentos destinado ao financiamento de projetos relacionados ao crédito de carbono. A iniciativa para realizar esse debate partiu dos deputados Filipe Barros (PL-PR) e Sanderson (PL-RS).

Na solicitação para a realização do debate, os parlamentares destacaram que, em 18 de maio de 2022, o presidente do Banco do Brasil, Fausto Ribeiro, participou do Congresso Mercado Global de Carbono – Descarbonização & Investimentos Verdes, realizado na cidade do Rio de Janeiro, e anunciou a criação de um fundo de investimentos com o propósito de apoiar projetos relacionados ao crédito de carbono.

Foi informado que a principal finalidade desse Fundo é dar suporte a projetos voltados ao desenvolvimento sustentável e que ele contará com um aporte inicial de R\$ 2 milhões.

Para enriquecer a discussão, foram convidados diversos especialistas e autoridades, incluindo:

- Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central do Brasil;
- Gustavo Montezano, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- Antônio José Barreto de Araújo Júnior, vice-presidente de Governo e Sustentabilidade Empresarial do Banco do Brasil, juntamente com Henrique Leite de Vasconcellos, gerente-executivo da Gerência de Sustentabilidade Empresarial do Banco do Brasil;
- Davi Bomtempo, gerente-executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

03/08/2022

Produção de Etanol em Microdestilarias e Cooperativas

Foto: Alan Rones/Câmara dos Deputados



A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, em audiência pública, discutiu a produção de etanol em microdestilarias e cooperativas formadas por pequenos produtores. Além disso, foram abordados temas relacionados à comercialização direta e à tributação do setor.

O deputado Padre João (PT-MG) solicitou esse debate, destacando que as microdestilarias têm o potencial de aumentar a disponibilidade de combustível a preços mais acessíveis e, ao mesmo tempo, criar empregos. Para isso, ele enfatizou a importância de oferecer incentivos fiscais e flexibilizar as atuais estruturas de comercialização do etanol hidratado combustível. O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) também endossou a proposta de realização da audiência.

Padre João é o autor do Projeto de Lei 9625/18, que propõe autorizar microdestilarias e cooperativas a venderem etanol diretamente ao consumidor final ou a postos revendedores. Além disso, o projeto prevê a criação de linhas

de crédito para o setor. O deputado destaca que o processo de estabelecimento e operação de pequenas unidades de produção de etanol hidratado é simples, acessível e de baixo custo, o que o torna viável para produtores rurais. Ele enfatiza que o Brasil, com seu potencial, pode se tornar um grande fornecedor global desse produto.

Padre João também ressalta que a produção e comercialização de etanol combustível podem melhorar as condições econômicas das propriedades rurais, aumentando a renda dos produtores.

Atualmente, o projeto aguarda votação na Comissão de Finanças. No entanto, ele já foi aprovado por outras duas comissões da Câmara dos Deputados, a de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e a de Minas e Energia.

Diversos especialistas e representantes foram convidados para participar do debate, incluindo:

- Fernando Mombelli, subsecretário de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil;
- Rubens Cerqueira Freitas, superintendente de Distribuição e Logística da Agência Nacional do Petróleo (ANP);
- Professor Juarez de Souza e Silva, da Universidade Federal de Viçosa (UFV);
- Representante do Ministério de Minas e Energia;
- Representante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA);
- Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

27/08/2022

Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias

Foto: / Câmara do Deputados



A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, em audiência pública, discutiu o Projeto de Lei Complementar (PLP) 178/21 que visa estabelecer o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias e introduzir a Nota Fiscal Brasil Eletrônica (NFB-e) e a Declaração Fiscal Digital (DFD).

O deputado Enio Verri (PT-PR) foi o responsável por solicitar a realização desse debate. Ele argumenta que, embora reconheça os méritos da proposta, é fundamental promover uma discussão mais abrangente sobre o assunto, envolvendo representantes dos órgãos de fiscalização, contribuintes e prestadores de serviços. Segundo o deputado, essa necessidade se justifica devido ao lançamento, em junho, da Plataforma de Administração Tributária Digital pela Receita Federal, que visa estabelecer um padrão nacional para a Nota Fiscal de Serviço eletrônica (NFS-e).

A audiência pública contou com a participação de representantes de diversas entidades, incluindo a Receita Federal do Brasil, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Comitê Nacional de Secretários da Fazenda (Comsefaz), a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e a Confederação Nacional de Serviços (CNS), entre outros.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

PROPOSIÇÕES APRECIADAS

*Parecer pela incompatibilidade e/ou inadequação
financeira e orçamentária*

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 203/2019 - do Sr. Fernando Rodolfo - que "destina a economia da verba indenizatória ou quaisquer verbas ou subvenções que tiverem direito os Deputados Federais, Estaduais, Vereadores e Senadores para o custeio de despesas de Hospitais e Escolas de Educação Infantil". (Apensado: PLP 272/2019)

PROJETO DE LEI Nº 1.003/2019 - do Sr. José Airton Félix Cirilo - que "cria o Programa Nacional de Apoio ao Financiamento da Segurança Pública (Pro-susp) e dá providências correlatas".

PROJETO DE LEI Nº 515/2020 - do Sr. Gildenemyr - que "cria o Fundo Nacional de Combate a Roubo e Furto de Instituições financeiras e congêneres (FIF)".

PROJETO DE LEI Nº 4.731/2012 - do Senado Federal - Humberto Costa - (PLS 504/2011) - que "altera o parágrafo único do art. 25 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer o número máximo de alunos por turma na pré-escola e no ensino fundamental e médio". (Apensados: PL 6464/2013, PL 6924/2013, PL 4628/2016 e PL 1188/2019)

PROJETO DE LEI Nº 490/2015 - do Sr. Jorge Solla e outros - que "altera o art. 26, parágrafo único, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, incluído pela Lei 12.512, de 28 de outubro de 2011, para estender a isenção do imposto de renda dos médicos residentes aos residentes-multiprofissionais das outras áreas da saúde".

PROJETO DE LEI Nº 4.303/2012 - do Sr. Laercio Oliveira - que "altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para criar e disciplinar a sociedade anônima simplificada (SAS)".

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 279/2016 - do Poder Executivo - que "autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência de Desenvolvimento do Matopiba".

PROJETO DE LEI Nº 6.001/2013 - dos Srs. Dr. Jorge Silva e Sergio Vidigal - que "estabelece a equiparação entre o agricultor familiar e o empreendedor familiar rural com os assentados do Programa Nacional da Reforma Agrária em matéria de benefícios, programas e serviços".

PROJETO DE LEI Nº 2.223/2019 - do Sr. Pastor Sargento Isidório - que "majora as alíquotas de contribuições sociais sobre operações de produção e comercialização pelos cervejeiros, vinícolas e indústrias afins, no mercado interno e de importação de bebidas alcoólicas e destina recursos para ações de saúde e segurança pública relacionadas ao atendimento de pacientes de alcoolismo e de dependência química, bem como de suas famílias".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera as Leis nº 9.715, de 1998; 9.718, de 1998; 10.637, de 2002; 10.833, de 2003; 10.865, de 2004 e 13.097, de 2015.

***Parecer pela compatibilidade e/ou adequação financeira
e orçamentária***

PROJETO DE LEI Nº 362/2019 - do Sr. Alceu Moreira - que "acrescenta artigo à Lei nº 10.406, de 2002, Código Civil, a fim de estabelecer a responsabilidade civil perante o Poder Público e a Previdência do agente que causa acidente com dolo ou culpa grave".

PROJETO DE LEI Nº 998/2020 - do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - que "cria 6 (seis) cargos de Procurador Regional do Trabalho no quadro de pessoal do Ministério Público do Trabalho"

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 742/2021 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 282/2021) - que "aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Estado de Israel de Previdência Social, assinado em Jerusalém, em 27 de fevereiro de 2018".

PROJETO DE LEI Nº 5.078/2016 - do Sr. Alan Rick - que "dispõe sobre a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre a linfangioleiomiomatose - LAM"

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31/2015 - da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. - (MSC 550/2012) - que "aprova o texto da Decisão CMC nº 38/10, aprovada durante a LX Reunião ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Foz do Iguaçu, em 16 de dezembro de 2010, que cria o Fundo MERCOSUL Cultural (FMC)".

PROJETO DE LEI Nº 2.000/2021 - do Senado Federal - Paulo Paim - que "reconhece o sítio arqueológico Cais do Valongo, na região portuária do Município do Rio de Janeiro, como patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro essencial à formação da identidade nacional e estabelece diretrizes para a sua especial proteção em decorrência do título de Patrimônio Mundial da Humanidade pela Unesco".

PROJETO DE LEI Nº 5.481/2020 - do Sr. Fred Costa - que "institui no âmbito nacional, a "campanha dezembro verde", dedicada a ações de conscientização contra o abandono de animais e dá outras providências".

Parecer pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação

PROJETO DE LEI Nº 3.038/2021 - do Defensoria Pública da União - que "dispõe sobre a criação Conselho Gestor do Fundo de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública da União de que trata o art. 4º, inc. XXI, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994".

PROJETO DE LEI Nº 4.416/2021 - do Sr. Júlio Cesar - que "altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)".

PROJETO DE LEI Nº 3.489/2021 - do Sr. Otto Alencar Filho - que "institui a regra antidiferimento para pessoas físicas".

PROJETO DE LEI Nº 4.720/2016 - do Sr. Jerônimo Goergen - que "altera a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Revoga a exigência de que as obrigações financeiras decorrentes da subvenção ao prêmio do seguro rural sejam liquidadas no mesmo exercício financeiro da contratação do seguro e propõe que a dotação orçamentária destinada à subvenção ao prêmio do seguro rural seja transferida para o órgão "Operações Oficiais de Crédito" (OOC-STN) da Secretaria do Tesouro Nacional.

Parecer pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária

PROJETO DE LEI Nº 4.708/2020 - do Sr. Domingos Sávio - que "acrescenta art. 60-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre concessão do benefício de auxílio-doença, após decorridos sessenta dias sem a realização de perícia pela Perícia Médica da Previdência Social"

PROJETO DE LEI Nº 10.433/2018 - do Sr. Eduardo Barbosa - que "dá nova redação ao art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.""

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Trata de contribuições aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.117/2021 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 318/2020) - que "aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República da Bulgária, assinado em Brasília, em 1º de fevereiro de 2016".

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 776/2021 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 78/2020) - que "aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Romênia sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Brasília, em 13 de junho de 2017".

PROJETO DE LEI Nº 5.981/2019 - do Senado Federal - Lasier Martins - que "altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para dispor sobre a destinação dos recursos do Fundo Nacional do Idoso e prever a obrigatoriedade de divulgação, em meio eletrônico de acesso público, de relatório de destinação dos recursos do Fundo relativos ao exercício anterior e de informações prévias sobre as transferências a realizar ao exterior; e altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para estabelecer a divulgação semestral de estatísticas sobre violência contra pessoas idosas e punir a omissão no atendimento de denúncia. "

PROJETO DE LEI Nº 2.434/2019 - do Senado Federal - Paulo Paim - (PLS 100/2018) - que "institui o Mês de Conscientização sobre a Doença de Parkinson". (Apensado: PL 11043/2018)

PROJETO DE LEI Nº 3.372/2019 - do Sr. Igor Kannário - que "estabelece controle na venda e comercialização de ácidos no território nacional, e dá outras providências".

PROJETO DE LEI Nº 4.133/2020 - do Sr. Kim Kataguiri - que "altera a Lei Maria da Penha (Lei 11.340 de 2006) a fim de garantir mecanismos de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica em contexto de pandemia"

PROJETO DE LEI Nº 4.556/2020 - da Sra. Policial Katia Sastre - que "altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 para promover treinamento e conscientização para servidores

dos órgãos de segurança pública acerca do enfrentamento dos crimes cibernéticos". (Apensado: PL 2176/2021)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 163/2022 - da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. - (MSC 131/2020) - que "aprova o texto do Acordo-Quadro para a Disposição de Bens Apreendidos do Crime Organizado Transnacional no MERCOSUL, assinado em Montevideú, em 17 de dezembro de 2018".

PROJETO DE LEI Nº 2.575/2019 - do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - que "altera o art. 74 da Lei 11.697, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios".

PROJETO DE LEI Nº 5.899/2009 - do Senado Federal - Kátia Abreu - (PLS 109/2007) - que "altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências, para incluir o câncer de próstata entre as doenças cujo controle e prevenção devem integrar o programa de atenção integral à saúde masculina no âmbito do Sistema Único de Saúde e assegurar o oferecimento de aconselhamento genético nos casos em que haja indicação clínica". (Apensado: PL 5924/2013)

PROJETO DE LEI Nº 658/2021 - do Sr. Zé Vitor - que " Dispõe sobre a classificação, tratamento e produção de bioinsumos por meio do manejo biológico on farm; ratifica o Programa Nacional de Bioinsumos e dá outras providências. "

PROJETO DE LEI Nº 2.729/2021 - do Sr. Aroldo Martins - que "institui a campanha "Julho Dourado", dedicada à promoção da saúde dos animais domésticos, de rua e a prevenção de zoonoses".

PROJETO DE LEI Nº 3.817/2020 - dos Srs. Eduardo Bismarck e Professor Israel Batista - que "institui o piso salarial profissional nacional do secretário escolar".
RELATOR: Deputado ENIO VERRI.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 162/2022 - da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. - (MSC 57/2020) - que "aprova o texto da Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 07/2019, aprovada em Santa Fé, em 16 de julho de 2019".

PROJETO DE LEI Nº 5.055/2016 - do Senado Federal - Romário - (PLS 45/2015) - que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre educação inclusiva e sobre a notificação compulsória de dúvidas referentes à violação de direitos das crianças e dos adolescentes com deficiência".

PROJETO DE LEI Nº 5.604/2019 - da Sra. Erika Kokay - que "altera a Lei nº 12.086, de 6 de novembro de 2009, para excluir o limite de ingresso anual de efetivo no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal".

PROJETO DE LEI Nº 3.542/2019 - da Sra. Edna Henrique - que "altera o art. 7º da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para determinar a obrigatoriedade da presença de livros acessíveis e tecnologias assistivas nas bibliotecas públicas, de modo a assegurar o acesso das pessoas com deficiência visual às obras que compõem o acervo desses equipamentos culturais".

PROJETO DE LEI Nº 195/2019 - do Sr. Roberto de Lucena - que "torna obrigatório, para todos os estabelecimentos de ensino, Plano de Evacuação com vistas ao enfrentamento de situações de risco e emergência". (Apensados: PL 2498/2019 e PL 4106/2019)

PROJETO DE LEI Nº 2.956/2021 - da Sra. Edna Henrique - que "institui, em âmbito nacional, a "Hora do colinho" que consiste no acolhimento humanitário e afetivo de bebês recém-nascidos órfãos ou os que por algum motivo têm ficado privados da presença materna durante a hospitalização e dá outras providências".

PROJETO DE LEI Nº 2.431/2015 - da Sra. Luizianne Lins - que "dispõe sobre o patrimônio público digital institucional inserido na rede mundial de computadores e dá outras providências".

PROJETO DE LEI Nº 2.312/2021 - do Sr. Otto Alencar Filho - que "altera o artigo 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo de Meio Ambiente e dá outras providências".

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 453/2017 - do Sr. Gonzaga Patriota - que "altera a Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999, atribuindo ao Exército a execução de obras e serviços de engenharia sem necessidade de licitação pública nos casos que especifica".

PROJETO DE LEI Nº 2.720/2021 - do Sr. Francisco Jr. - que "altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, visando estabelecer a necessidade de fiscalização anual das entidades governamentais ou não-governamentais de atendimento aos idosos, e dá outras providências".

PROJETO DE LEI Nº 5.056/2013 - da Sra. Erika Kokay - que "dispõe sobre a profissão de Técnico em Nutrição e Dietética, regulamenta o seu exercício e dá outras providências".

Parecer pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação

PROJETO DE LEI Nº 3.535/2019 - do Sr. Márcio Labre - que "dispõe sobre a compensação dos débitos com a Fazenda Nacional, das Santas Casas e das Entidades Filantrópicas, sem fins lucrativos, que atuam na área da saúde".

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 240/2020 - do Sr. Fabio Reis - que "altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, para disciplinar a contratação de novas operações de crédito internas e externas, exclusivamente para quitação de saldos devedores, em situações mais favoráveis, nos termos da lei".

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 769/2019 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 445/2019) - que "aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República de Uganda e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em Kampala, em 29 de setembro de 2011".

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 927/2021 - da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. - (MSC 609/2019) - que "aprova texto do acordo de Sede entre a República Argentina e o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, assinado em Assunção, em 9 de março de 2018".

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 928/2021 - da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. - (MSC 599/2018) - que "aprova o texto do Texto Do Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul, aprovado pela Decisão CMC nº 37/17, assinado em Brasília, em 21 de dezembro de 2017".

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.128/2021 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 495/2020) - que "aprova o texto modificado do Convênio Constitutivo do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata".

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.129/2021 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 23/2020) - que "aprova o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, assinado na Cidade da Guatemala, em 25 de julho de 2019".

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 503/2019 - do Senado Federal - Comissão de Assuntos Econômicos - que "aprova a programação monetária para o segundo trimestre de 2019"

EMENDAS DO SENADO FEDERAL AO PROJETO DE LEI Nº 2.944/2019 - do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - (PLC 99/2017) - que "dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos, no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Revoga dispositivos do Decreto-lei nº 115, de 1967.

PROJETO DE LEI Nº 2.084/2015 - do Sr. Alexandre Leite - que "altera o art. 56 da Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998, que dispõe sobre as normas gerais do desporto, para premiar as escolas públicas bem colocadas nos jogos escolares organizados pelo Comitê Olímpico Brasileiro, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998, e garantir incentivos para o seu aperfeiçoamento esportivo".

PROJETO DE LEI Nº 4.881/2020 - do Sr. Geninho Zuliani - que "altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que "Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac)" e dá outras providências".

PROJETO DE LEI Nº 252/2022 - do Sr. Felipe Rigoni e outros - que "dispõe sobre normas de integridade e capacitação nas contratações públicas da União. "

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 161/2022 - da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. - (MSC 44/2020) - que "aprova o texto da Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai para Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e sobre o Capital e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais, assinado em Brasília, em 7 de junho de 2019".

PROJETO DE LEI Nº 699/2021 - do Sr. Carlos Bezerra - que "dispõe sobre o uso do selo especial previsto na Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964".

PROJETO DE LEI Nº 947/2022 - do Sr. Sergio Souza - que "confere adequada interpretação à legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas das Pessoas Jurídicas no que se refere às despesas com royalties no processo de multiplicação de sementes".

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 189/2020 - da Sra. Shéridan - que "altera a legislação da transação por adesão no contencioso tributário de pequeno valor, para ampliar o prazo máximo de quitação dos débitos relativos ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional)".

PROJETO DE LEI Nº 252/2022 - do Sr. Felipe Rigoni e outros - que "dispõe sobre normas de integridade e capacitação nas contratações públicas da União. "

PROJETO DE LEI Nº 5.456/2016 - das Sras. Laura Carneiro e Carmen Zanotto - que "regulamenta a profissão de arqueólogo e dá outras providências".

PROJETO DE LEI Nº 1.653/2020 - do Sr. Miguel Haddad - que "dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos para a proteção do meio ambiente".

PROJETO DE LEI Nº 3.542/2020 - do Sr. Paulo Ramos - que "altera a Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006, para determinar a isenção de custas processuais para solicitação, revisão e adoção de medidas protetivas às mulheres em situação de violência doméstica, independentemente de comprovação de hipossuficiência financeira".

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 164/2022 - da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. - (MSC 512/2020) - que "aprova o texto do Acordo sobre Facilitação do Comércio do MERCOSUL, assinado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019".

PROJETO DE LEI Nº 6.451/2019 - da Sra. Edna Henrique - que "institui regras especiais para abertura, movimentação e fiscalização de contas de depósito para arrecadação de valores destinados a campanhas solidárias".

PROJETO DE LEI Nº 1.844/2022 - do Sr. Da Vitoria - que "acrescenta dispositivo à Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, à qual dispõe sobre PIS/COFINS Importação".

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 115/2021 - do Sr. Mário Heringer - que "dispõe sobre a extensão do prazo de validade das certidões negativas de débito de que trata, e dá outras providências".

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 81/2011 - do Sr. Laercio Oliveira - que "dispõe sobre a anulação das inscrições em Dívida Ativa da União, dos coobrigados inseridos por força do art. 13, da Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993".

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 265/2019 - do Sr. Miguel Haddad - que "altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para estabelecer que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá dispor sobre previsão de destinação de recursos para prevenção e combate a desastres naturais e incêndios". (Apensados: PLP 93/2021 e PLP 21/2022)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 271/2019 - da Sra. Dulce Miranda - que "altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para criar o Anexo de Avaliação de Políticas Públicas Voltadas ao Atendimento ao Idoso".

PROJETO DE LEI Nº 2.610/2019 - do Sr. Felipe Carreras - que "altera o inciso V do art. 3º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que "Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências", com fins de apoio à promoção de destinos e produtos turísticos brasileiros".

PROJETO DE LEI Nº 1.147/2021 - do Sr. Christino Aureo - que "altera a Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, para dispor sobre o tratamento de informações e dados fiscais sigilosos no âmbito da transação tributária".

PROJETO DE LEI Nº 347/2019 - do Sr. Danilo Cabral - que "altera o § 1º do art. 15 da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 e o art. 2º da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, para dispor sobre a distribuição nacional dos recursos do salário-educação de acordo com as matrículas da educação básica". (Apensados: PL 3580/2019, PL 3660/2019 e PL 591/2020)

PROJETO DE LEI Nº 3.078/2021 - do Sr. Jose Mario Schreiner - que "confere preferência de acesso a crédito, no âmbito do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), a itens desenvolvidos por Startups Agro. "

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 95/2021 - da Sra. Rose Modesto - que "altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para disciplinar a destinação dos produtos de informática apreendidos, abandonados ou objeto de pena de perdimento".

PROJETO DE LEI Nº 3.189/2021 - do Sr. Luiz Lima - que "permite que o contribuinte pessoa física com mais de uma fonte de renda informe o total dos rendimentos às fontes pagadoras para fins de ajuste no cálculo do imposto de renda retido".

Parecer pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 360/2017 - do Sr. Bilac Pinto - que "altera a Lei Kandir para determinar que não cabe restituição ou cobrança complementar do ICMS quando as operações ou prestações subsequentes à cobrança do imposto, sob a modalidade da substituição tributária, se realizarem com valor inferior ou superior ao que serviu de base de cálculo para o cálculo das operações substituídas".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei Complementar nº 87, 1996.

PROJETO DE LEI Nº 4.736/2020 - do Sr. Marcelo Brum - que "dispõe sobre o compartilhamento de garantias em operações firmadas no âmbito do Sistema Financeiro Nacional".

PROJETO DE LEI Nº 10.719/2018 - do Senado Federal - Cássio Cunha Lima - (PLS 162/2014) - que "altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para facultar aos proprietários de veículos o pagamento do prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou Não (DPVAT) em até 12 (doze) parcelas mensais".

PROJETO DE LEI Nº 2.519/2020 - do Sr. Rafael Motta e outros - que "dispõe sobre a redução da taxa de juros do Cheque Especial, em decorrência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. " (Apensados: PL 2520/2020 e PL 2653/2020 (Apensado: PL 3206/2020))

PROJETO DE LEI Nº 6.428/2016 - da Sra. Mariana Carvalho - que "dispõe sobre o prazo para disponibilização de cartão de débito ou crédito por instituições bancárias".

PROJETO DE LEI Nº 11.173/2018 - do Sr. Roberto de Lucena - que "altera as disposições da Lei nº 9.503, de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e dá outras providências". (Apensados: PL 7/2019 (Apensados: PL 593/2019 (Apensados: PL 2576/2019 e PL 3122/2019), PL 2677/2019 (Apensado: PL 3284/2019) e PL 3919/2019), PL 1633/2019 (Apensados: PL 3416/2019 e PL 5050/2019) e PL 408/2020)

PROJETO DE LEI Nº 5.417/2020 - do Sr. Eduardo Bolsonaro - que "estabelece normas para publicidade de armas de fogo em todo território nacional e dá outras providências".

Outros pareceres

PROJETO DE LEI Nº 1.890/2020 - do Sr. Charlles Evangelista - que "prorroga o prazo para pagamento de tributos e contribuições federais e estabelece formas de parcelamentos de débitos tributários durante o estado de calamidade pública ou pandemia reconhecidos pelo Governo Federal". (Apensados: PL 2169/2020 e PL 2735/2020 (Apensados: PL 3788/2020, PL 87/2021, PL 3345/2020, PL 4110/2020 e PL 4536/2020))

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.890/2020, e dos PLs nºs 2.169/2020, 2.735/2020, 3.345/2020, 3.788/2020, 4.110/2020, 4.536/2020, e 87/2021, apensados; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 1.890/2020, e dos PLs nºs 2.169/2020, 2.735/2020, 3.345/2020, 3.788/2020, 4.110/2020, 4.536/2020, e do 87/2021, apensados, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 1.224/2011 - dos Srs. Weliton Prado e Ricardo Izar - que "institui o Programa Pequenos Escritores e dá outras providências".

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária, com emenda.

PROJETO DE LEI Nº 6.947/2017 - do Sr. Damião Feliciano - que "altera o artigo 1º da Lei 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES". (Apensado: PL 4895/2019)

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 6.947/2017, do PL nº 4.895/2019, apensado, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Educação.

PROJETO DE LEI Nº 1.970/2019 - do Sr. Rogério Correia - que "institui a Política Nacional para o Manejo Sustentável, Plantio, Extração, Consumo, Comercialização e Transformação do Pequi e Demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado".

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.970/2019, da Emenda Adotada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento

Rural, e da Emenda Adotada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

PROJETO DE LEI Nº 2.835/2019 - do Senado Federal - Angelo Coronel - que "altera a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), para dispor sobre a Taxa de Fiscalização da Aviação Civil (TFAC)".

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com emenda.

PROJETO DE LEI Nº 2.083/2020 - do Senado Federal - Acir Gurgacz - que "cria programa de atenção aos problemas de saúde mental decorrentes da pandemia de covid-19". (Apensados: PL 2375/2020 (Apensados: PL 2955/2020, PL 4548/2020 (Apensados: PL 1359/2021 e PL 3139/2021) e PL 5252/2020), PL 1985/2021 e PL 3973/2021)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 190/2019 - da Sra. Marília Arraes - que "altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, para prever regras especiais de controle voltadas aos pequenos Municípios".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei complementar nº 101, de 2000.

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 2.981/2020 - do Senado Federal - Jaques Wagner - que "dispõe sobre prioridade para recebimento da restituição do imposto de renda, de que trata o art. 16 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, durante o período da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) em razão da pandemia da covid-19. "

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo

PROJETO DE LEI Nº 7.331/2017 - do Sr. Leônidas Cristino - que "concede incentivos fiscais para a implantação, operação e manutenção de plantas de dessalinização de água marinha na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)".

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com emenda.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 29/2019 - do Sr. Marcelo Ramos - que "requer que a Comissão de Finanças e Tributação realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), ato de fiscalização e controle sobre os procedimentos adotados pelo Ministério da Economia, pelo Banco Central e pela Caixa Econômica Federal quanto aos saques dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e das contas individuais dos participantes do PIS-Pasep, instituídos pela Medida Provisória nº 889, de 24 de julho de 2019".

RELATÓRIO: pelo arquivamento.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 190/2019 - da Sra. Marília Arraes - que "altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, para prever regras especiais de controle voltadas aos pequenos Municípios".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei complementar nº 101, de 2000.

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 108/2021 - do Senado Federal - Jayme Campos - que "altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) de pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), bem como para permitir que o MEI contrate até 2 (dois) empregados" (Apensados: PLP 327/2016 (Apensados: PLP 502/2018 (Apensado: PLP 210/2021), PLP 144/2019, PLP 234/2019, PLP 23/2020 (Apensados: PLP 225/2020, PLP 28/2021, PLP 41/2021 e PLP 42/2021) e PLP 32/2020 (Apensado: PLP 204/2021)) e PLP 128/2021)

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária Projeto de Lei Complementar nº 108/2021, dos PLPs nºs 502/2018, 144/2019, 234/2019, 23/2020, 32/2020, 210/2021, 225/2020, 28/2021, 41/2021, 42/2021, 204/2021,

327/2016, 128/2021, apensados, e da Emenda Adotada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços ao PLP nº 327/2016; e, no mérito, pela aprovação do PLP nº 108/2021, dos PLPs nºs 502/2018, 144/2019, 234/2019, 23/2020, 32/2020, 210/2021, 225/2020, 28/2021, 41/2021, 42/2021, 204/2021, 327/2016, 128/2021, e da Emenda Adotada pela CDEICS ao PLP nº 327/2016, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 1.735/2021 - do Sr. Otavio Leite - que "altera o artigo 84-B da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014".

PROJETO DE LEI Nº 2.526/2019 - do Sr. Eduardo Costa - que "altera o art. 29, § 5º, inciso II do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para destinar os recursos de que trata esse inciso às Santas Casas de Misericórdia e demais entidades privadas sem fins lucrativos que atuem no atendimento médico, ambulatorial ou hospitalar, e dá outras providências".
PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 5.925/2019 - do Sr. Isnaldo Bulhões Jr. - que "desonera rações e suplementos para alimentação bovina do pagamento da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e da Contribuição para o financiamento da Seguridade Social - COFINS, nos termos em que especifica". (Apensados: PL 1769/2020 (Apensado: PL 2789/2020) e PL 1858/2020)
EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei nº 10.925, de 2004.

PARECER: pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 5.925/2019, dos PLs nºs 1.769/2020, 1.858/2020, 2.789/2020, apensados, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com subemenda; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 5.925/2019, dos PLs nºs 1.769/2020, 1.858/2020, 2.789/2020, apensados, e do Substitutivo adotado pela CAPADR, com subemenda.

PROJETO DE LEI Nº 5.518/2020 - do Sr. Rodrigo Agostinho e outros - que "altera a Lei n.º 11.284, de 2 de março de 2006, para conferir maior celeridade ao processo licitatório, flexibilidade aos contratos e atratividade ao modelo de negócio das concessões florestais".
PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 5.518/2020 e do Substitutivo adotado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 5.518/2020 e do Substitutivo da CMADS, com Substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 249/2022 - da Sra. Tabata Amaral e outros - que "dispõe sobre normas de transparência nas contratações públicas da União. "

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei nº 14.133 de 2021.

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 249/2022; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 249/2022, com emendas.

PROJETO DE LEI Nº 2.348/2015 - do Senado Federal - Casildo Maldaner - (PLS 257/2013) - que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) incidentes nas operações com acessórios e adaptações especiais para serem

instalados em veículo automotor destinado ao uso por pessoa com deficiência". (Apensado: PL 2325/2015)

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 2.348/2015, e do PL nº 2.325/2015, apensado, e pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da Emenda Adotada pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 2.348/2015, e da Emenda Adotada pela CPD, e pela rejeição do PL nº 2.325/2015, apensado.

PROJETO DE LEI Nº 8.806/2017 - do Senado Federal - Paulo Bauer - (PLS 310/2016) - que "altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever que as despesas com o sistema de monitoração eletrônica sejam ressarcidas ao Estado pelo condenado". (Apensado: PL 4132/2015 (Apensados: PL 5586/2016 (Apensados: PL 5913/2016, PL 5861/2016, PL 5999/2016 (Apensados: PL 8459/2017, PL 10685/2018 e PL 1886/2019), PL 7221/2017, PL 8162/2017 (Apensado: PL 8284/2017 (Apensado: PL 421/2019)), PL 9402/2017, PL 9355/2017, PL 1114/2019, PL 3669/2019, PL 2344/2021 e PL 3261/2021 (Apensado: PL 331/2022)), PL 7258/2017 e PL 8164/2017))

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 8.806/2017, e dos PLs nºs 5.586/2016, 7.258/2017, 8.164/2017, 5.861/2016, 5.913/2016, 5.999/2016, 7.221/2017, 8.162/2017, 9.355/2017, 9.402/2017, 1.114/2019, 3.669/2019, 2.344/2021, 3.261/2021, 8.459/2017, 10.685/2018, 1.886/2019, 8.284/2017, 421/2019, 4.132/2015, e 331/2022, apensados; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 8.806/2017, e dos PLs nºs 5.586/2016, 7.258/2017, 8.164/2017, 5.861/2016, 5.913/2016, 5.999/2016, 7.221/2017, 8.162/2017, 9.355/2017, 9.402/2017, 1.114/2019, 3.669/2019, 2.344/2021, 3.261/2021, 8.459/2017, 10.685/2018, 1.886/2019, 8.284/2017, 421/2019, 4.132/2015, e 331/2022, apensados, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 621/2020 - da Sra. Daniela do Waguinho - que "dispõe sobre a organização de acervos de literatura infantil e infantojuvenil nas bibliotecas públicas e nas bibliotecas particulares que recebam apoio do poder público".

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.

PROJETO DE LEI Nº 3.681/2021 - do Senado Federal - Mara Gabrilli - que "altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para ampliar o rol mínimo de doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho". (Apensado: PL 7374/2014 (Apensados: PL 3207/2019, PL 4237/2015 (Apensados: PL 5574/2016, PL 5767/2016, PL 6394/2016, PL 7011/2017, PL 10266/2018 (Apensado: PL 1695/2019), PL 9713/2018, PL 10988/2018 (Apensados: PL 141/2022, PL 266/2022 (Apensado: PL 384/2022), PL 476/2022 (Apensado: PL 1107/2022) e PL 1719/2022), PL 979/2019 e PL 1109/2021), PL 1319/2021 e PL 2245/2021))

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.681/2021, e dos PLs nºs 6.394/2016, 7.011/2017, 9.713/2018, 10.266/2018, 10.988/2018, 979/2019, 1.109/2021, 1.695/2019, 141/2022, 266/2022, 476/2022, 7.374/2014, 384/2022, 4.237/2015, 3.207/2019, 1.319/2021, 2.245/2021, 5.767/2016 e 1.107/2022, apensados, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família ao PL nº 7.374/2014, e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária dos PLs nºs 5.574/2016, e 1.719/2022, apensados.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 116/2020 - do Sr. Otto Alencar Filho - que "prorroga o prazo para enquadramento do Simples Nacional em todo território brasileiro, no ano de 2020 para microempresas e empresas de pequeno porte em início de atividade".

PARECER: pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar nº 116/2020, e do Substitutivo Adotado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e, no mérito, pela aprovação do PLP nº 116/2020, com substitutivo, e pela rejeição do Substitutivo Adotado pela CDEICS.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 177/2020 - da Sra. Paula Belmonte - que "altera a Lei Complementar nº 101, 4 de maio de 2000, para estabelecer a primeira infância como prioridade na elaboração dos planos plurianuais". (Apensados: PLP 194/2020 e PLP 228/2020)

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar nº 177/2020, dos PLPs nºs 194/2020 e 228/2020, apensados, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família; e, no mérito, pela aprovação do PLP nº 177/2020, PLPs nºs 194/2020 e 228/2020, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão adotado pela CSSF, com subemenda.

PROJETO DE LEI Nº 1.184/2015 - do Superior Tribunal Militar - que "cria cargos de provimento efetivo, cargos em comissão e funções comissionadas nos Quadros Permanentes da Secretaria do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar da União".

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.

PROJETO DE LEI Nº 4.663/2016 - do Sr. Beto Rosado - que "dispõe sobre a exploração e produção de acumulações marginais de petróleo e gás natural por produtores independentes".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei nº 9.478, de 1977.

PARECER: pela adequação financeira e orçamentária do PL 4663/2016, na forma do Substitutivo da Comissão de Minas e Energia e da emenda da CFT; pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária das emendas da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e, no mérito, pela aprovação do PL 4663/2016, na forma do substitutivo da CME, da emenda da CFT, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 976/2021 - do Sr. José Priante e outros - que "institui a Política Nacional de Cidades Inteligentes (PNCI), com vistas à melhoria da qualidade de vida dos munícipes, e dispõe sobre os princípios e diretrizes que a nortearão, os seus objetivos, as ações a serem realizadas, os recursos alocáveis e dá outras providências".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei nº 7.998, de 1990

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 976/2021, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Desenvolvimento Urbano, com subemendas; e pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da emenda apresentada na Comissão de Finanças e Tributação; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 976/2021, da emenda apresentada na CFT, e do Substitutivo adotado pela CDU, com subemendas.

PROJETO DE LEI Nº 3.663/2020 - da Sra. Professora Dayane Pimentel - que "altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para estabelecer a prioridade de compra de alimentos da agricultura familiar e da pesca artesanal pelo Sistema Único de Saúde".

PARECER: pela adequação financeira e orçamentária, com emenda; e, no mérito, pela aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 9.789/2018 - do Sr. Mário Heringer - que "inclui o Fundo Geral de Turismo entre as fontes de recursos para a subvenção da aviação regional destinada a facilitar o acesso a regiões de potencial turístico e dá outras providências".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera as Leis nºs 11.771, de 2008 e 13.097, de 2015.

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária, com emendas.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 178/2021 - do Sr. Efraim Filho - que "institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias e dá outras providências".

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 60/2022 - do Senado Federal - Tasso Jereissati - que "reabre o prazo para os Municípios entregarem a declaração de renúncia de direitos contra a União decorrentes do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, previsto no art. 5º da Lei Complementar nº 176, de 29 de dezembro de 2020". (Apensado: PLP 26/2021)

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar nº 60/2022, e o PLP nº 26/2021, apensado; e, no mérito, pela aprovação do PLP nº 60/2022, e pela rejeição do PLP nº 26/2021, apensado.

PROJETO DE LEI Nº 564/2020 - da Comissão de Seguridade Social e Família - que "altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para estabelecer parâmetros de transparência, de habilitação de prestadores e de remuneração por serviços realizados no Sistema Único de Saúde; altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tornar crime de responsabilidade a falta de repasse de recursos recebidos para o pagamento de serviços de saúde; e dá outras providências".

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 564/2020, e das Emendas Adotadas pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com emenda; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 564/2020, das Emendas Adotadas pela CTASP, com emenda.

PROJETO DE LEI Nº 3.186/2020 - da Sra. Adriana Ventura e outros - que "altera a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, para aumentar em um terço as penas dos crimes previstos nos artigos 171, 299 e 313-A, do Código Penal, quando cometidos mediante fraude ao auxílio emergencial, e determinar restituição em dobro do valor recebido". (Apensados: PL 3584/2020, PL 3646/2020 e PL 3803/2020)

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.186/2020, e dos PLs nºs 3.646/2020, 3.803/2020, apensados, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família, e pela inadequação financeira e orçamentária do PL nº 3.584/2020, apensado.

PROJETO DE LEI Nº 1.308/2019 - do Senado Federal - Styvenson Valentim - que "altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para incluir no dispositivo legal, como objetivo da

Política Nacional de Turismo o estímulo à interiorização do turismo e a valorização do turismo religioso". (Apensado: PL 2870/2019)

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.308/2019, e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária e do PL nº 2.870/2019, apensado, e do substitutivo adotado pela Comissão de Turismo; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 1.308/2019.

PROJETO DE LEI Nº 10.834/2018 - do Poder Executivo - que "altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Trata das possibilidades de apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante (FMM) à construção ou reparo de embarcações destinadas à proteção do tráfego marítimo nacional.

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 10.834/2018, das emendas adotadas pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional de nº 1/2018, 2/2018, 3/2018, 4/2018 e 5/2018, e das emendas apresentadas na Comissão de Finanças e Tributação nº 1/2019 e 2/2019, e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária das Emendas adotadas pela CREDN nºs 6/2018 e 7/2018; e, no mérito, pela rejeição do PL nº 10.834/2018, das Emendas adotadas pela CREDN nºs 1/2018, 2/2018, 3/2018, 4/2018 e 5/2018, e das Emendas apresentadas na CFT nºs 1/2019 e 2/2019.

PROJETO DE LEI Nº 5.858/2013 - do Senado Federal - Acir Gurgacz - (PLS 119/2011) - que "altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para dispor sobre a implantação de redes subterrâneas de infraestrutura básica previamente às obras de pavimentação e condicionar a concessão de financiamento federal para obras municipais ao cumprimento dessa disposição". (Apensado: PL 4931/2013)

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 5.858/2013, do PL nº 4.931/2013, apensado, e dos Substitutivos adotados pela Comissão de Viação e Transporte e pela Comissão de Desenvolvimento Urbano; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 5.858/2013, do PL nº 4.931/2013, apensado, e do Substitutivo adotado pela CDU, e pela rejeição do Substitutivo adotado pela CVT.

PROJETO DE LEI Nº 3.420/2020 - do Sr. Felipe Carreras e outros - que "altera a Lei nº 13.155 de 4 de agosto de 2015, para reabrir o prazo de adesão ao programa".

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.420/2020, e do Substitutivo Adotado pela Comissão do Esporte; e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.420/2020, e do Substitutivo Adotado pela CESPO, com emenda.

PROJETO DE LEI Nº 7.804/2014 - do Sr. Pedro Paulo - que "institui a Lei de Dados Abertos, estabelecendo o Comitê Gestor de Dados Público junto ao Ministério do Planejamento, responsável pela elaboração do Manual de Dados Abertos da Administração Pública e cria a obrigatoriedade para a disponibilização de dados abertos e de interfaces de aplicações web de forma organizada e estruturada para a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios e dá outras providências". (Apensado: PL 11118/2018 (Apensados: PL 68/2019 e PL 624/2019 (Apensado: PL 4796/2019)))

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 7.804/2014, do Substitutivo adotado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, e das Subemendas nºs 1, 2 3 Adotadas pela Comissão Trabalho, de Administração e Serviço Público, e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária dos PLs nºs 11.118/2018, 68/2019, 624/2019, e 4.796/2019, apensados.

PROJETO DE LEI Nº 3.605/2020 - do Sr. Eduardo Costa e outros - que "altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, e a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para permitir a redução de taxas de juros a micro e pequenas empresas em financiamentos com base na Taxa de Longo Prazo – TLP e sua taxa de juros prefixada, especialmente enquanto durarem os efeitos sociais e econômicos da emergência de saúde pública decorrente da pandemia de Covid-19".

PARECER: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.605/2020, e pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da Emenda Adotada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.

PROJETO DE LEI Nº 48/2015 - do Sr. Reginaldo Lopes - que "extingui a produção, circulação e uso do dinheiro em espécie, e determina que as transações financeiras se realizem apenas através do sistema digital". (Apensados: PL 4586/2016 e PL 6721/2016)

PARECER: pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 48/2015, e dos PLs 6.721/2016 e 4.586/2016, apensados; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 4.586/2016, apensado, com substitutivo e pela rejeição dos PLs 48/2015, e 6.721/2016, apensado.

PROJETO DE LEI Nº 9.558/2018 - do Poder Executivo - que "altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias". (Apensado: PL 491/2019)

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 9.558/2018, do PL nº 491/2019, apensado, do Substitutivo Adotado pela Comissão de Educação, e das emendas nºs 1 e 2 apresentadas ao Substitutivo da CE; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 9.558/2018, do PL 491/2019, apensado, e pela rejeição do Substitutivo Adotado pela CE, e das emendas nºs 1 e 2 apresentadas ao substitutivo da CE, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 10.273/2018 - do Sr. Jerônimo Goergen - que "altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que "Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências", para adequar a incidência da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA". (Apensados: PL 4823/2019, PL 6096/2019 e PL 4512/2021)

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 10.273/2018, e dos PLs nºs 4.823/2019, 6.096/2019, e 4.512/2021, apensados; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 10.273/2018, e pela rejeição dos PLs nºs 4.823/2019, 6.096/2019, e 4.512/2021, apensados.

PROJETO DE LEI Nº 876/2021 - da Sra. Paula Belmonte e outros - que "altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para dispor sobre a instituição do Programa Criança Feliz". (Apensado: PL 2598/2021)

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 876/2021, do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, e das Subemendas Adotadas pela Comissão de Seguridade Social e Família, e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 2.598/2021, apensado.

PROJETO DE LEI Nº 291/2015 - do Sr. Valmir Assunção - que "estabelece a obrigatoriedade de repasses automáticos de recursos da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações locais para recuperação das áreas atingidas por desastre natural".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei nº 12.340, de 2010.

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 8.525/2017 - do Sr. Aureo - que "estabelece a oferta de bolsas de estudo para deficientes pela Rede de Ensino Privada".

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 8.525/2017, do Substitutivo Adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, e pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da Subemenda Adotada pela Comissão de Educação; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 8.525/2017, e do Substitutivo Adotado pela CPD, e da Subemenda Adotada pela CE, com subemenda.

PROJETO DE LEI Nº 8.987/2017 - do Sr. Carlos Bezerra - que "altera a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, para permitir a emissão de cédula de crédito bancário sob a forma escritural e equiparar a cédula de crédito eletrônica à cedularmente constituída para fins de cobrança".

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo

PROJETO DE LEI Nº 75/2019 - do Sr. Rodrigo Agostinho - que "dispõe sobre as condições para o uso de dinheiro em espécie em transações de qualquer natureza, bem como para o trânsito de recursos em espécie em todo o território nacional".

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 75/2019, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 75/2019, do Substitutivo adotado pela CDC, e da Emenda apresentada ao Substitutivo na CFT, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 305/2019 - do Sr. Rubens Otoni - que "lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 - Lei Rouanet - para incluir a gastronomia brasileira como segmento beneficiário da política de incentivo fiscal". (Apensados: PL 4940/2019 e PL 216/2021)

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 305/2019, dos PLs nºs 4.940/2019, 216/2021, apensados, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Cultura; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 305/2019, e do PL nº 216/2021,

apensado, na forma do Substitutivo adotado pela CCULT, e pela rejeição do PL nº 4.940/2019, apensado.

PROJETO DE LEI Nº 1.848/2019 - da Sra. Carmen Zanotto - que "institui a semana nacional de ações públicas e sociais no campo da Síndrome de Down e dá outras providências".

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.848/2019, e da Emenda Adotada pela Comissão de Educação, com emendas.

PROJETO DE LEI Nº 2.233/2019 - da Sra. Rejane Dias - que "dispõe sobre incentivos fiscais e registro sanitário simplificado de medicamentos órfãos".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera as Lei nº 10.637, de 2002; 10.833, de 2003; 10.147, de 2000 e 10.865, de 2004.

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 3.358/2021 - do Sr. Chiquinho Brazão - que "reduz a zero as alíquotas do PIS e da COFINS das Associações de Moradores e prevê a possibilidade de regularização de débitos destas entidades".

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 3.759/2021 - das Sras. Carla Dickson e Dra. Soraya Manato - que "dispõe sobre a inclusão e presença obrigatória do medicamento VITAMINA D3 na lista RENAME e sua disponibilização no Sistema Único de Saúde e farmácias populares".

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.

PROJETO DE LEI Nº 10.718/2018 - do Senado Federal - Paulo Paim - (PLS 319/2013) - que "altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social), para incluir as formas incapacitantes das doenças reumáticas, neuromusculares e osteoarticulares crônicas ou degenerativas entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do cumprimento de prazo de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez". (Apensados: PL 3113/2012 (Apensados: PL 6416/2013, PL 7915/2014, PL 1448/2015, PL 6278/2016, PL 8090/2017, PL 8980/2017, PL 1632/2019 (Apensado: PL 2143/2022) e PL 370/2020) e PL 4399/2019 (Apensados: PL 908/2022, PL 2827/2022 e PL 2929/2022))

PARECER: pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 10.718/2018, dos PLS nºs 6.416/2013, 7.915/2014, 1.448/2015, 6.278/2016, 8.090/2017, 8.980/2017, 1.632/2019, 370/2020, 3.113/2012, 4.399/2019, 2.143/2022, 908/2022, 2.827/2022, e 2.929/2022, apensados, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família, com subemenda.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 960/2018 - da Sra. Bruna Furlan - que "susta a Portaria nº 457, de 08 de dezembro de 2016, do Ministério da Fazenda, que dispõe sobre a disponibilização de acesso, para terceiros, pelo Serviço Federal de Processamento de Dados, a dados e informações que hospeda, para fins de complementação de políticas públicas". (Apensado: PDL 90/2022 (Apensado: PDL 95/2022))

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Decreto Legislativo nº 960/2018, e dos PDLs nºs 90/2022 e 95/2022, apensados; e, no mérito, pela aprovação do PDL nº 960/2018, e dos PDLs nºs 90/2022 e 95/2022, apensados, com substitutivo.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 62/2019 - do Sr. Valtenir Pereira - que "susta nos termos do art. 49, V, da Constituição a aplicação dos arts. 15 a 17 da Instrução Normativa RFB nº 1.862, de 19 de julho de 2017, que "Dispõe sobre o procedimento de imputação de responsabilidade tributária no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil".

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com emenda.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 566/2020 - do Sr. Paulo Teixeira - que "prorroga a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020". (Apensado: PDL 81/2021)

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Decreto Legislativo nº 566/2020, e do PDL nº 81/2021, apensado; e, no mérito, pela aprovação do PDL nº 566/2020, e do PDL nº 81/2021, apensado, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 981/2019 - do Sr. Darci de Matos - que "altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que "dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências", para isentar os Representantes Comerciais e os profissionais de Assistência Técnica, Extensão Rural e Assessoramento ao setor agropecuário de IPI na aquisição de veículo automotor". (Apensados: PL 2886/2019, PL 5902/2019 e PL 3436/2020)

PARECER: pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 981/2019, e do PL nº 3.436/2020, apensado, e pela inadequação financeira e orçamentária do PL nº 2.886/2019, e do PL 5.902/2019, apensados; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 981/2019, e do PL nº 3.436/2020, apensado, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 2.935/2019 - do Sr. Cleber Verde - que "dispõe sobre a Prevalência das normas de direito do consumidor sobre a Regulação Bancária. "

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 2.935/2019, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 2.935/2019, e do Substitutivo adotado pela CDC, com subemendas.

PROJETO DE LEI Nº 2.295/2021 - do Sr. Marreca Filho - que "altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para conceder às auto-escolas a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos novos". (Apensado: PL 2629/2021)

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 2.295/2021 e do PL nº 2.629/2021, apensado; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 2.295/2021, e do PL nº 2.629/2021, apensado, com substitutivo.